

Exmo. Senhor Dr. João Paulo Gomes,
Ilustres conferencistas, Dr. João Paulo Mioludo, Dr. João Figueiredo,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Antes de mais, gostaria de saudar todos os presentes, desejando que os trabalhos desta conferência decorram de forma profícua e positiva para todos.

Num mundo cada vez mais global, informatizado e informado, a realização deste evento constitui, sem dúvida, uma oportunidade com evidentes mais-valias, sobretudo pela discussão de um tema muito atual, de interesse mútuo e, acima de tudo, do interesse de todos os cidadãos.

A sociedade contemporânea tem-se desenvolvido (e assim continuará) a um ritmo vertiginoso e complexo, de tal modo que somos confrontados a todo o momento com novos problemas e desafios para os quais necessitamos de estar preparados, num espaço muito curto de tempo.

O progresso tecnológico não só mudou a forma como comunicamos e interagimos, como concebeu um novo mundo, do qual não nos podemos alhear sob pena de sermos fortemente penalizados, seja ao nível das instituições públicas, seja ao nível das empresas e demais organizações da nossa sociedade.

Nos anos mais recentes, as Tecnologias de Informação e Comunicação conheceram um enorme desenvolvimento e os fluxos e o processamento de informação aí suportados permitiram a integração e o crescimento das cadeias de valor em rede, atenuando distâncias, combatendo disparidades, promovendo e estreitando relações transfronteiriças, com impacto na vida dos cidadãos e na competitividade e produtividade das empresas.

Mas às oportunidades seguiram-se as ameaças, e o espaço virtual - o ciberespaço -, tem vindo a ser palco de um volume crescente de ações que comprometem a segurança da informação e o funcionamento das infraestruturas críticas das quais todas as sociedades modernas, sem exceção, dependem.

Os nossos dados pessoais tornaram-se um bem extremamente valioso neste novo mundo digital, que é “transacionado” (chamemos-lhe assim) sem o nosso consentimento e sem que sequer nos apercebamos disso, violando a nossa privacidade individual.

[Quantos de nós já não receberam alguma correspondência, com o nosso nome completo e morada, sem que tenhamos disponibilizado esses dados ao remetente?]

Muito devido à profusão de acontecimentos de perda ou utilização abusiva de informação sensível – profusamente divulgados na Comunicação Social –, a proteção de dados pessoais e a segurança da informação impõem a aplicação de um quadro legal firme e rigoroso.

É neste sentido que a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu acordaram as linhas fundamentais relativas à reforma da legislação comunitária, visando harmonizar a defesa dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos em relação às atividades de tratamento de dados e à livre circulação de dados pessoais entre os Estados-Membros.

O novo Regulamento Geral de Proteção de Dados foi já aprovado mas entra em vigor apenas **em maio de 2018**, para que até lá todas as novas obrigações e procedimentos trazidos por este diploma sejam incorporados adequadamente nos procedimentos das empresas e das organizações públicas e privadas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Num mundo cada vez mais virtual e digital, está ao nosso alcance, por exemplo, eliminar as tradicionais barreiras da ultraperiferia e da insularidade e fixar na Região empresas que operam para todo o mundo.

Isso aliás já acontece com algumas empresas tecnológicas que têm atividade na Madeira, mas que prestam serviços quase em exclusivo para o exterior.

Para além da decisiva importância para a sociedade e para a economia regional, a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação têm possibilitado, acreditamos, uma governação mais aberta, mais participativa e mais responsável.

Mas esta aposta terá sempre grandes fragilidades se não conseguirmos garantir a proteção dos dados.

O Governo Regional tem procurado preparar-se para a introdução deste novo quadro normativo [de Proteção de Dados], realizando um esforço na implementação de mecanismos e processos que garantam a proteção e privacidade dos dados dos funcionários públicos.

Para além da disponibilização de ferramentas de trabalho colaborativas a todos os trabalhadores da Administração Pública Regional, que atendem aos altos padrões de privacidade definidos pelas autoridades da União Europeia, o Governo Regional, através da Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública, tem implementado procedimentos que garantem a proteção do acesso aos dados dos utilizadores e aplicações, através de mecanismos de autenticação eficientes.

Do mesmo modo, temos procedido à monitorização ativa da segurança e à disponibilização de relatórios que identificam padrões inconsistentes, para ajudar a mitigar ameaças em tempo real sobre credenciais de contas suspeitas.

Procedemos, por outro lado, ao registo das bases de dados na Comissão Nacional de Proteção de Dados, como é exemplo o Portal do Funcionário Público, estando em curso a criação de uma plataforma de articulação entre especialistas da área tecnológica e da área do direito.

Por outro lado, têm sido promovidas ações de sensibilização e sessões temáticas sobre segurança da informação, proteção de dados pessoais, risco social, competitividade, cibersegurança e ciberdefesa, entre outras, abordadas por um conjunto de especialistas do mundo académico, empresarial e das Forças Armadas e dirigidas a todos os funcionários públicos.

A participação no exercício anual de ciberdefesa do Exército Português “CIBER PERSEU 2016”, em novembro último, permitiu à Região analisar as vulnerabilidades e avaliar os riscos emergentes do ciberespaço, incluindo os condicionamentos que a descontinuidade territorial comporta e a consequente dependência das comunicações transmitidas através de cabo submarino, testando para esse efeito procedimentos e capacidades.

Ainda no mês passado, realizou-se a primeira edição da “MadCyberWeek”, uma coorganização da Secretaria Regional das Finanças, sob o tema “Cibersegurança e Proteção de Dados, que contou com a presença de mais de 400 pessoas, o que demonstra a importância que é hoje atribuída a esta temática.

Para o mês de maio, está ainda prevista a organização do Curso de Proteção de Dados Pessoais.

Mas apesar destas iniciativas, temos a noção exata de que muito terá de ser feito para o cumprimento das regras comunitárias.

As empresas regionais e as entidades públicas têm especiais desafios pela frente e as novas regras obrigarão a um trabalho atento nas áreas jurídica, de recursos humanos, de informática e de conformidade procedimental.

Durante esta conferência, serão com certeza debatidas e esclarecidas questões associadas a esta temática, que se espera possam despertar nas entidades aqui representadas a necessidade de adotarem medidas conducentes ao cumprimento desta nova legislação para a Proteção de Dados Pessoais, até porque o seu incumprimento acarreta penalizações extremamente gravosas.

Foi por isso que o Governo Regional aderiu a esta iniciativa com grande interesse e satisfação, a qual estou plenamente convicto contribuirá para que possamos melhor nos prepararmos para o caminho que temos pela frente.

No que diz respeito à Secretaria das Finanças, posso assegurar-Vos que tudo faremos para garantir os mais altos padrões de proteção da nossa privacidade enquanto cidadãos.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 16 de março de 2017